



OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS MULHERES: A SUB-REPRESENTAÇÃO ELEITORAL FEMININA NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS MUNICIPAIS DE 2012

*Vitor de Moraes Peixoto*¹

*Nelson Luis Motta Goulart*²

*Gabriel Tisse da Silva*³

Resumo:

A participação política feminina é um fenômeno relativamente novo na história política brasileira. Existe um consenso na literatura sobre as dificuldades que mulheres enfrentam na Competição Eleitoral. Os Partidos de Esquerda foram os primeiros a oferecerem suportes para inserção desses novos atores no cenário político. Não há evidências claras, entretanto, que confirmem que esse suporte se traduza no aumento do percentual de candidatas eleitas. A presente pesquisa pretende fornecer uma resposta empírica a essa questão, utilizando dados relativos às eleições de 2012. A relação entre o Tamanho dos Partidos, sua posição no eixo ideológico Esquerda/Direita e os Níveis de Sucesso nas candidaturas de mulheres foram analisados estatisticamente. O intuito foi de testar os fatores causais do sucesso, ou insucesso, eleitoral das mulheres. Os resultados apontam que a Esquerda, contudo, não favoreceu as mulheres na competição. Nas Eleições Municipais Proporcionais de 2012, os Partidos de Esquerda não contribuíram efetivamente para o aumento de chance das 7.637 eleitas do total de 134.171 candidatas, nos 5.568 municípios brasileiros.

Palavras-chave

Candidatas;
Partidos Políticos;
Competição Eleitoral,
Cotas.

POLITICAL PARTIES AND WOMEN: THE FEMININE ELECTORAL SUB-REPRESENTATION IN THE 2012 PROPORTIONAL ELECTIONS

Abstract:

Female political participation is a relatively new phenomenon in Brazilian political history. There is a consensus in the literature about the difficulties women face in the Electoral Competition. The Left Parties were the first to offer support for insertion of these new actors into the political arena. There is no clear evidence, however, that confirm that this support is translated in the increase of the percentage of chosen candidates. The present study intends to provide an empirical

Keyword

*Candidates;
Political parties;
Electoral Competition,
Quotas.*

¹ Professor Associado do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PGSP-UENF). E-mail: moraespeixoto@gmail.com.

² Doutorando Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PGSP-UENF): E-mail: nelsonluismottagoulart@gmail.com.

³ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense (CISO-UENF). E-mail: gabrieltissedasilva@gmail.com.

answer to this question, using data related to the 2012 elections. The relationship between Party Size, its position on the Left / Right ideological axis, and the Levels of Success in women candidates were analyzed statistically. The purpose was to test the causal factors of the success, or failure, of women. The results indicate that the Left, however, did not favor women in the competition. In the 2012 Proportional Municipal Elections, the Left Parties did not effectively contribute to the increase in the chance of the 7,637 elect of the total of 134,171 candidates in the 5,568 Brazilian municipalities.

Introdução

A representação é um princípio intermediário da democracia representativa. “Todo o poder ao povo” é uma exigência do princípio democrático em seu estado máximo, porém “esse princípio estabelece apenas um título de direito e não representa absolutamente qualquer ajuda na implementação do título com exercício do poder” (SARTORI, 1994, p.103). A partir desta premissa, Sartori (1994) aponta então para a necessidade dos princípios intermediários, desses, a representação o princípio intermediário descoberto. A representação faz, portanto, ainda segundo o autor, com que ninguém esteja na condição de exercer o poder absoluto, ao passo que também faz com que o povo exerça o poder. As clivagens sociais, como as de gênero, apresentam as variações entre esses segmentos quanto a representação.

A representação das mulheres está condicionada tanto por fatores sociais quanto por fatores políticos. As mulheres foram afastadas por um longo período da política, sendo relegadas ao privado. Não tiveram a humanidade negada, mas a cidadania sim (ARAÚJO, 2012, p. 154). O princípio dessa exclusão da cidadania das mulheres, deriva na negativa, objetiva e simbólica, da condição de sujeito ativo, como de cidadãs, às mulheres. Um dos produtos dessa exclusão é o baixo percentual de mulheres, em proporção com homens, em cargos eletivos nas democracias, o estado de sub-representação política a que as mulheres estão submetidas.

A explicação para a baixa competitividade das mulheres nas eleições envolve os gastos das campanhas eleitorais, como foi observado por Peixoto (2010) nas eleições de 2006. Em outro trabalho, Peixoto, Goulart e Tisse (2016) constataram que nas eleições de 2014, encontraram argumentos que podem afirmar que uma parte da explicação chave para a baixa competitividade das mulheres nas eleições envolve os gastos de campanha eleitorais. As candidatas gastam, em média, de 2 a 3,5 vezes menos do que os homens respectivamente para os cargos de Deputado Estadual/Distrital e Deputado Federal, fato que as deixam em posição de forte desvantagem nas disputas.

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o posicionamento ideológico e o tamanho dos partidos e os níveis de sucesso nas candidaturas de mulheres. O trabalho, deste modo, foi feito por uma metodologia quantitativa no intuito de analisar sistematicamente as eleições municipais proporcionais de 2012. A hipótese que orientou a análise foi a de que os partidos de esquerda ofereceram melhores taxas de sucesso às mulheres. Dito de outra forma, a pergunta que orienta

este artigo pode ser resumida da seguinte forma: a média de mulheres eleitas em partidos de esquerda é maior que nos de direita?

Os resultados demonstraram que foram os partidos de esquerda que apresentam uma taxa de sucesso menor que a dos demais partidos. No que concerne ao tamanho dos partidos, notou-se não serem os partidos de médio nem de pequeno porte a elegerem proporcionalmente mais candidatas, mas sim, os de grande porte. Não apenas o eixo ideológico foi fator determinante para o sucesso eleitoral das mulheres, mas também o tamanho do partido, portanto, nas eleições proporcionais municipais de 2012 as mulheres tiveram maiores chances de serem eleitas por grandes partidos de direita nas eleições proporcionais municipais.

1. A representação política feminina

A representação pode ser pensada do ponto de vista da autoridade, da atividade e do modo de refletir os representados (KINZO, 1980; PITKIN, 1967). Kinzo (1980) aponta que o problema da representação pode ser pensado seguindo a direção indicada por Hanna Pitkin (1967) em relação: a autoridade, concepção oriunda do pensamento sobre a representação elaborada de Hobbes; a atividade da representação, onde a ideia de representação é centralizada na própria atividade da representação; e pelo modo de refletir os representados, onde a ideia de representação é desenvolvida como reflexo de algo ou alguém (KINZO, 1980, p. 21).

O conceito de representação, no entanto, ganhou nas últimas décadas uma posição destaque para a ciência política, em contraste com seu passado de marginalidade acadêmica. Almeida (2013), afirma que esse ganho de centralidade dentro do campo é motivado pelas transformações nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade, não se restringindo a dimensão eleitoral da política. Visto que, a representação, estava restrita a poucas referências bibliográficas.

Os poucos escritos sobre a representação, em boa parte, seguiam tendências tanto pluralistas quanto institucionalistas. Almeida (2013) aponta a notória influência dos trabalhos de Pitkin, em 1967, *The concept of representation*, e o de Manin, em meados da década de 1990, *The principles of representative government*. Assim, por conta dessa tendência de se pensar o conceito, o debate acabou restrito à função da representação nas eleições (ARAUJO, 2009; KNIGHTS, 2009 apud ALMEIDA, 2013). O debate contemporâneo em torno do conceito, deste modo, segue uma direção distinta ao extrapolar os estudos sobre partidos, parlamentares e eleições ao passo que foca em diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação (ALMEIDA, 2013). A nova rota segue tanto para o destino das instituições tradicionais quanto das novas instituições e práticas referentes a representação.

Os interesses analíticos sobre a representação quanto a dimensão de suas formas eleitorais, ainda segundo Almeida (2013), convergem para duas questões centrais. A primeira questão central é a preocupação quanto a definição do que é representação política. A segunda questão central é a busca da separação do conceito de critérios tanto de autorização quanto de *accountability*.

A definição do que é a representação política, a primeira questão central, é dificultada pela polissemia de adjetivos que dificultam o entendimento do que ela é de fato (POLLAK, 2007 apud ALMEIDA, 2013). Almeida (2013) destaca algumas nomenclaturas presentes na teoria, quais sejam: virtual (Lavalle; Houtzager; Castello, 2006), substantiva, descritiva e simbólica (Pitkin, 1967), promissória, antecipatória, giroscópica e “surrogate” (Mansbridge, 2003), discursiva (Keck, 2003; Dryzek e Niemeyer, 2008), por afinidade (Avritzer, 2007) e autoautorizada (Urbinati e Warren, 2008).

A legitimidade democrática da representação, a segunda questão central, tangencia “à multiplicação das temporalidades da política e da pluralização das formas e sujeitos da soberania” (PARKISON, 2003; HENDRIKS, 2006 apud ALMEIDA, 2013, p. 46). As contribuições de Urbinati (2006) e Rosanvallon (2009), referentes a essa questão, propõe pensar a representação política como “um processo que permite o social se tornar político ou que conecta o mundo do político à política” (PARKISON, 2003; HENDRIKS, 2006 apud ALMEIDA, 2013, p. 46).

2. As cotas eleitorais de gênero

O esforço para mitigar a sub-representação eleitoral feminina culminou na elaboração de medidas de ação afirmativa, com destaque para as cotas eleitorais de gênero. As medidas de ação afirmativa, no século XXI, são levadas em conta em quase todos os países do mundo. “*Today, nearly all countries in the world have pledged to promote gender-balanced decision-making*” (KROOK, 2004, p. 2). No mundo, mais de oitenta países testemunharam a adoção de cotas para a seleção de candidatas, e ainda, mais de vinte iniciaram debates sobre cotas eleitorais de gênero nos últimos dez anos. A aparente alta adesão e implementação dessas medidas, contudo, trata-se de um processo recente e implementado em sua maioria na década de 1990 (KROOK, 2004). A data é coincidente com a UN’s Fourth World Conference on Women, realizada em Pequim em 1995, a qual é creditada grande influência no avanço dos estudos de gênero, incluindo o da sub-representação política, e difusão dessas das cotas de gênero.

Os mecanismos de cotas de gênero são soluções institucionais utilizadas com o intuito de mitigar a disparidade entre o contingente de mulheres e homens eleitos. As cotas têm por objetivo mitigar a situação de sub-representação política das mulheres. As cotas eleitorais de gênero podem ser aquelas estipuladas pela legislação ou adotadas individualmente pelos partidos. Elas foram implementadas nas democracias modernas gradualmente desde o final do século XX, portanto trata-se de um fenômeno recente e global.

As categorias de cotas de gênero variam em relação ao objetivo com que as mesmas são criadas. Krook (2004) apontou a existência de três categoriais principais de cotas de gênero, cujo o objetivo é o aumento da representação das mulheres: *reserved seat*, *political party quotas* e *national legislative quotas*. As que são *reserved seat*, estipulam um determinado número de cadeiras, nos parlamentos. As *party quotas*, por sua vez, tratam-se de políticas intrapartidárias com o objetivo de aumentar a proporção

de mulheres como candidatas e eleitas. As *legislative quotas*, por fim, impõem aos partidos a obrigatoriedade, ou recomendação, de nomear uma certa proporção de mulheres nas listas eleitorais.

3. Os partidos políticos e as mulheres

As cotas de gênero, no entanto, não são apenas aquelas estipuladas na legislação. Mas também aquelas adotadas no interior de cada partido (ARAÚJO, 2001a). A literatura referente ao tema aponta que há variações no comportamento dos partidos para com as mulheres como candidatas em relação a ideologia, tamanho e organização do partido. Araújo (2001) cita um estudo promovido pelo IPU, realizado em 1997, em diversos países europeus que concluiu que haviam dois padrões de elegibilidade para as mulheres: o primeiro referente ao perfil ideológico; o segundo em relação ao tamanho do partido (ARAÚJO, 2001a).

Os partidos de esquerda tenderiam a eleger mais do que os partidos de direita. Araújo (2005b, p. 199) afirma que segundo um estudo comparativo empreendido por Katz e Mair foram os partidos de esquerda os primeiros a adotarem medidas internas com intuito de promoverem o ingresso das mulheres na competição eleitoral. Na década de 90, contudo, o cenário começa a ser alterado por conta da disseminação de iniciativas e da inclusão de demandas por inclusão das mulheres em partidos tanto de centro quanto de direita. Em sistemas proporcionais, o mecanismo é conhecido como “efeito contágio”, ou seja, os demais partidos percebem na inclusão de mulheres uma forma de melhorarem seus resultados eleitorais.

O tamanho dos partidos é um fator que influencia a chance de eleição para as mulheres (ARAÚJO, 2005, p. 198). Os partidos de médio porte, por sua vez, tenderiam a eleger mais mulheres que os partidos pequenos e que os partidos grandes. O tamanho dos partidos, além disso, é correlato ao grau de fragmentação partidária (ARAÚJO, 2005, p. 198). As mulheres tenderiam a ter piores chances em sistemas menos pluripartidários, pois os mesmos caracterizam-se por partidos muito grandes e já consolidados, partidos menos abertos a inserção de novos atores. Entretanto, partidos muito pequenos e regionalizados também são nichos difíceis, porque tendem a dar prioridade eleitoral aos seus dirigentes, já que buscam eleger um ou dois candidatos. Partidos de médio porte, por conseguinte, melhorariam o desempenho eleitoral das mulheres.

4. A posição ideológica dos partidos importa?

Os partidos de esquerda foram tidos como mais abertos às mulheres. Os partidos de esquerda são mais próximos aos movimentos sociais progressistas. Essa aproximação é interpretada como um fator que faria com que os partidos de esquerda fossem mais abertos a novos atores, como as mulheres. Os partidos de esquerda, ainda, foram os primeiros a criarem normas internas, como cotas, com intuito de promoverem o ingresso das mulheres na política.

Os cálculos eleitorais realizados de forma pragmática pelos partidos, entretanto, nublam a proposição de que os partidos de esquerda são melhores nichos do ponto de

vista das candidatas. Araujo (2001a, p. 3) já apontava a influência do efeito contágio da esquerda para direita em partidos de outro espectro no eixo ideológico partidário. O efeito contágio da esquerda para direita é o resultado da adoção por outros partidos de estratégias com apelo eleitoral utilizadas por outro partido. Mais recentemente, Bohn (2010) notou em suas análises empíricas um descompasso entre a hipótese clássica que liga as mulheres à esquerda e os possíveis resultados oriundos do efeito contágio.

Os partidos de esquerda brasileiros, no fim da década de 1990, ainda ocupavam as primeiras posições em relação ao percentual de eleitas. Os partidos de esquerda, nas eleições federais de 1998 e nas municipais de 1996 e 2000 apresentavam um percentual maior de mulheres entre seus eleitos em relação aos partidos de centro e dos de direita. Essa diferença pode ser comparada com a legislação de cotas, cujo o percentual mínimo de candidaturas de um só sexo ainda era interpretado como facultativo. Nesse ínterim, os partidos de esquerda foram os que mais se aproximaram do percentual mínimo de 20% em 1996 e 1998 e 30% em 2000. Todavia, nas eleições para a Câmara em 1998, já se podia notar uma diminuição no percentual de eleitas nos partidos de esquerda e um aumento desse percentual no centro, a direita continuando estática em relação ao percentual de eleitas (ARAÚJO, 2001b, p. 12)

5. As mulheres na competição eleitoral municipal

As melhores chances eleitorais femininas variam em relação a magnitude dos distritos, de modo que os distritos com magnitudes mais altas tendem a serem menos favoráveis às candidatas (ARAÚJO; ALVES, 2007). Os municípios brasileiros são os menores distritos eleitorais do país (PEIXOTO; GOULART, 2014) e são o “primeiro passo na escada da ambição política da maior parte dos indivíduos interessados em perseguir sua carreira política” (BOHN, 2010, p. 69). Além das eleições municipais serem o primeiro degrau, são também menos custosas. Todavia, há situações em que essas vantagens não se aplicam por conta do tamanho do município.

A eleição local tem grande importância para grupos sociais tradicionalmente sub-representados politicamente, tal qual as mulheres. As “eleições locais representam uma importante chave do acesso da mulher à representação política (BOHN, 2010, p. 68). Por ocorrerem nas menores unidades políticas do país, as eleições municipais tendem a ser menos custosas, em comparação com distritos eleitorais maiores que os municípios. Além dos menores custos financeiros em relação aos candidatos, o menor tamanho dos distritos eleitorais contribuiu favoravelmente (BOHN, 2010). E, quando se trata da eleição para vereadores, a disputa ocorre em um ambiente bastante competitivo (PEIXOTO; GOULART, 2014), mais propício a entrada de novos atores que um menos competitivo.

Porém, determinados contextos podem tornar o acesso ao legislativo municipal mais difícil. O sistema eleitoral e o tamanho da localidade tratam-se de contextos que fazem variar para mais fácil ou para mais difícil a inserção das mulheres na política formal. O sistema eleitoral é condicionado primordialmente por dois fatores: a fórmula eleitoral; e o sistema de listas. Os sistemas proporcionais com lista fechada, por

exemplo, tendem a ser mais vantajosas para as mulheres que os sistemas majoritários de lista aberta. Já em municípios grandes, as vantagens supracitadas e relacionadas aos menores custos das eleições municipais deixam de existir (BOHN, 2010).

6. A análise dos dados empíricos

O trabalho, deste modo, foi feito por uma metodologia quantitativa. O método foi a comparação de médias. A circunscrição temporal compreende o pleito de 2012; enquanto que a espacial abrange todos os mais de 5.500 municípios brasileiros. A classificação, tanto da ideologia do partido quanto do tamanho deste, foi baseada na classificação presente em Krause, Dantas e Miguel (2010). A hipótese que orientou a análise foi a de que os partidos de esquerda ofereceram melhores chances às mulheres. Dito de outra forma: a média de mulheres eleitas em partidos de esquerda é maior que nos de direita?

A tentativa de responder qual eixo ideológico propiciou mais ingresso de mulheres a cadeiras do legislativo demandou, primeiro, a classificação dos partidos por eixo ideológico. Posteriormente levou-se em consideração também o tamanho de cada partido. E, por fim, foram comparadas as médias das taxas de sucesso dos partidos. O impacto das leis eleitorais de discriminação positiva e o efeito destas sobre as estratégias eleitorais e sobre o comportamento dos atores políticos, também foi considerado.

A Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos ou coligações a preencherem no mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. O resultado dessa alteração na legislação produziu mudanças nas ações afirmativas eleitorais de gênero e também no próprio número de candidatas e eleitas, o que pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 01. Número de candidatas e eleitas em eleições municipais no Brasil (2008-2012)

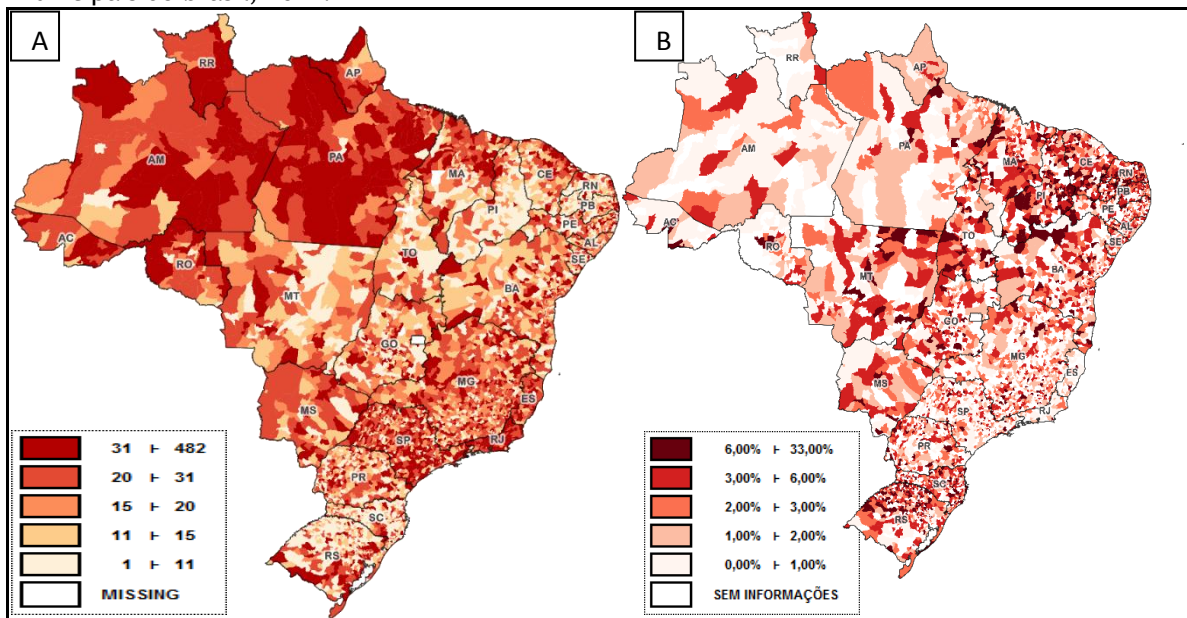
Ano	Cargo disputado	Mulheres	
		Candidatas	Eleitas
2008	Prefeito	1722	512
	Vereador	77415	6504
2012	Prefeito	2043	664
	Vereador	134171	7637

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 1996 - 2012.

Os resultados das eleições permitem notar que houve um aumento substancial no número de eleitas nas eleições, tanto majoritárias quanto proporcionais. O número de prefeitas, que passou de 512 em 2008 para 664 em 2012, teve um aumento de 29,68% de um ano para o outro, enquanto que o aumento do número de vereadoras, que passou de 6.504 em 2008 para 7.637 em 2012, foi de 17,42%.

O contingente de mulheres candidatas e o percentual de mulheres eleitas, todavia, não apresentam correlações estatísticas significativas. Os municípios em que mais mulheres se candidataram foram, de modo geral, os municípios em que menos mulheres conseguiram ser eleitas, como mostram os mapas abaixo.

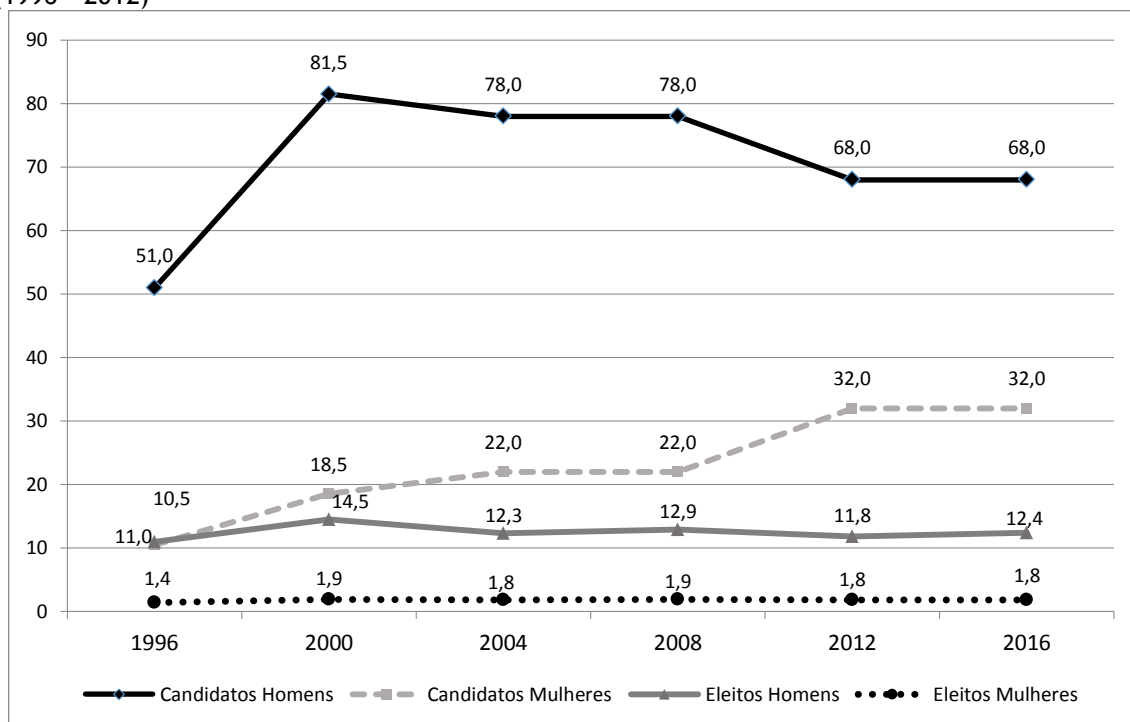
Gráfico 01. (A) Total de candidatas e (b) Percentual de eleitas nas eleições proporcionais municipais do Brasil, 2012.



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012.

O número de eleitas obteve um crescimento bem inferior a proporção de mulheres que se candidataram, embora tenha havido um aumento tanto de candidatas quanto de eleitas, promovido pela cota de gênero. A relação percentual pode ser melhor observada no gráfico a seguir.

Gráfico 02. Percentual de candidatos e eleitos por sexo nas eleições municipais proporcionais (1996 - 2012)*



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral

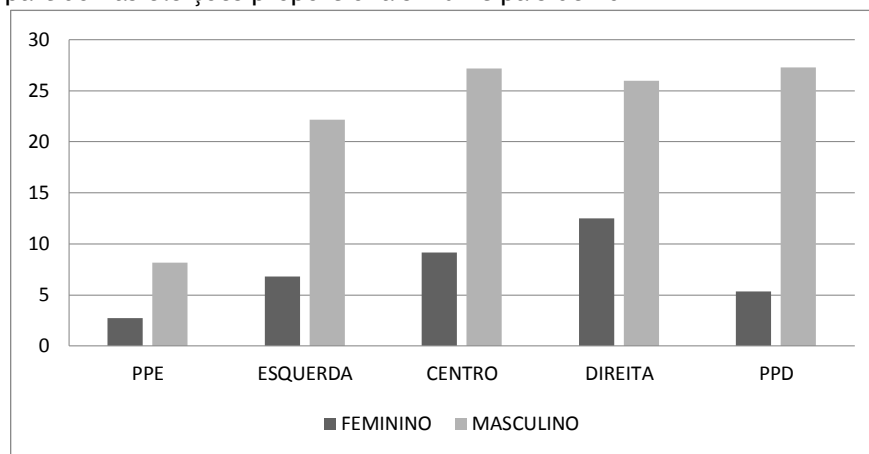
*Nos dados referentes a 1996, faltaram informação sobre 38% das candidaturas, que não foram consideradas no gráfico.

O que se observa, por meio deste gráfico, é que as ações afirmativas eleitorais de gênero promoveram a inserção das candidaturas femininas aumentando o número não só de candidatas, mas também de eleitas. As alterações, promovidas pela nova lei, no total de candidatas e eleitas foi então analisada, a nível de partido, na primeira eleição após a implementação da nova lei: as Eleições Municipais Proporcionalis de 2012.

A primeira classificação dos partidos foi realizada utilizando-se a clivagem unidimensional Esquerda/Direita, a primeira análise utilizou essa clivagem por eixo ideológico. O eixo ideológico de cada partido foi determinado utilizando a classificação de Krause (2010, p.381). Os partidos concorrendo nessa eleição foram alinhados da Esquerda para a Direita. A taxa de cada ponto do eixo representou a média das taxas de sucesso de cada partido, os valores dados são porcentagens.

As primeiras observações, levando em consideração apenas o eixo ideológico, atestam contra a hipótese da preponderância dos Partidos de Esquerda em relação as maiores taxas de sucesso de mulheres, porém essa não coube também aos Partidos de Direita. Os resultados encontrados, assim, não apontaram os partidos de Esquerda como os que apresentaram as maiores médias das taxas de sucesso de mulheres, coube ao Centro esse protagonismo, a Direita, por sua vez, apresentou as piores taxas.

Gráfico 03. Média das taxas de sucesso por eixo ideológico e tamanho do partido nas eleições proporcionais municipais de 2012



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral

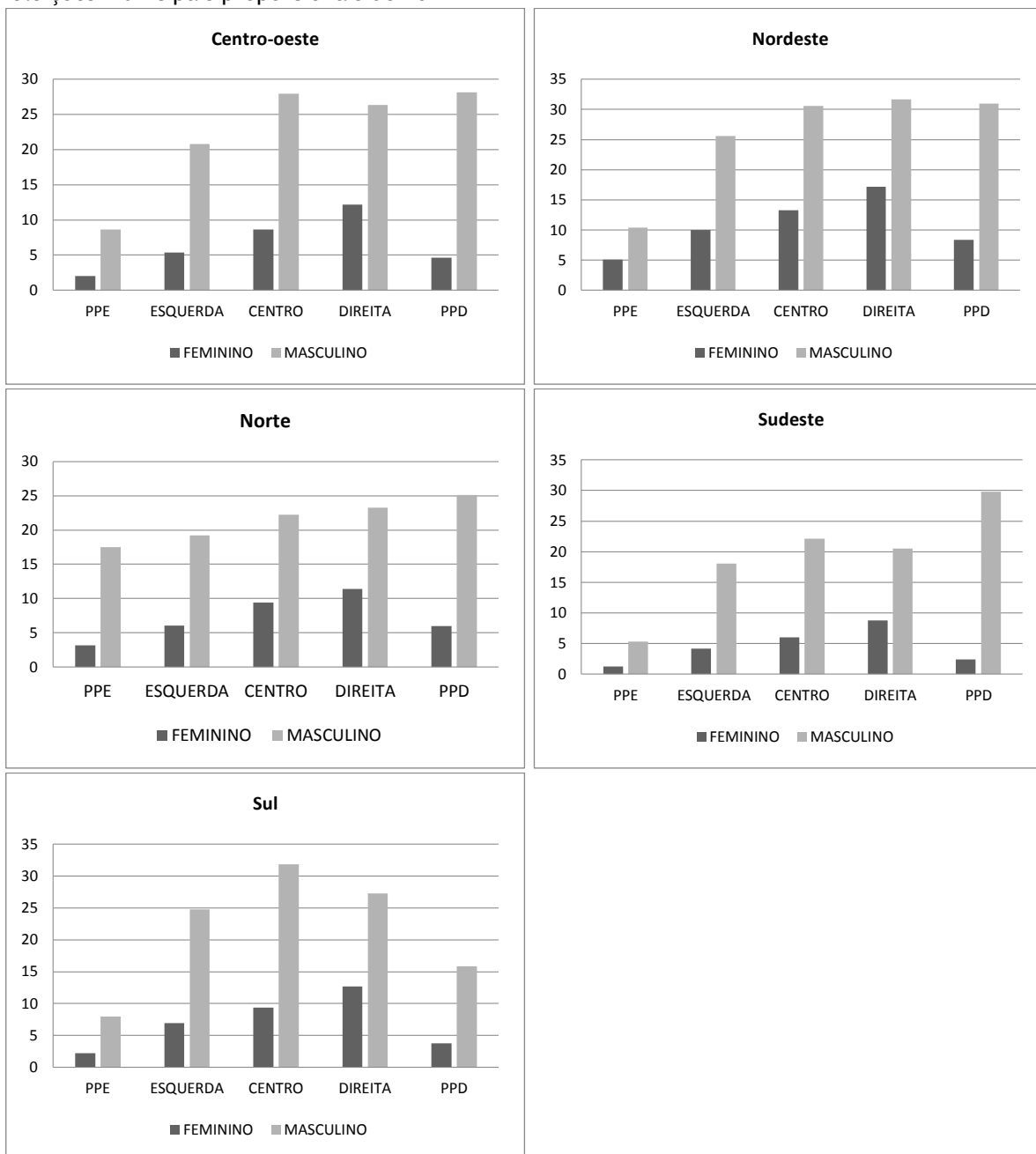
Os partidos de esquerda apresentaram taxa de sucesso eleitoral feminino menor que a dos partidos de centro e dos de direita. Os de esquerda apresentaram uma taxa de sucesso feminina de 6,80% enquanto que os de centro apresentaram 9,14%, os de direita, por sua vez, apresentaram média de 12,52%. Os partidos de direita, então, na eleição analisada, foram os partidos maiores médias das taxas de sucesso, em relação ao eixo ideológico, enquanto que os de centro ocupam o segundo lugar e os de esquerda completam o pódio, em terceiro.

As exceções que ficaram fora do pódio, os PPE e os PPD, demonstram que o tamanho dos partidos importa. Esses partidos apresentaram médias de taxa de sucesso inferiores ao dos outros conjuntos, 2,73% e 5,33%, respectivamente. O eixo ideológico, além do tamanho do partido, continua respondendo a variação das taxas, visto que os

PPE apresentaram taxas inferiores aos PPD. Fator que corrobora a hipótese, todavia, tratam-se das médias de dados agregados, resta agora utilizar outras clivagens na análise.

A outra clivagem, além do eixo ideológico e do tamanho do partido, foi a regional. A região será utilizada para analisar as diferenças regionais sugeridas pela literatura: onde é mais propícia a eleição de mulheres? Nordeste ou sudeste? (MIGUEL; DE QUEIROZ, 2006). Os dados são apresentados nos gráficos 04 a 08.

Gráficos 04 a 08 - Média das taxas por tamanho do partido, por eixo ideológico e por região, nas eleições municipais proporcionais de 2012



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral

As médias das taxas de sucesso em todas as regiões mantêm o padrão já apontado no agregado em relação ao eixo ideológico e ao tamanho do partido, todavia,

os valores variam bastante em relação às regiões. O Sudeste e o Sul, respectivamente, apresentam a menor média de taxa de sucesso feminina, 4,52% e 6,99% respectivamente. O Nordeste e o Norte apresentam as maiores médias das taxas, 10,77% e 7,19% respectivamente. A média na região Centro-oeste foi de 6,55%, a região apresentou uma posição intermediária em relação as que tiveram as maiores e menores médias da taxa.

Após a análise descritiva da média das taxas de eleitas, analisamos a relação entre o desenvolvimento socioeconômico municipal utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o percentual de candidatas eleitas. Para analisar a relação entre as variáveis computadas e descritas anteriormente foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (ρ). Os valores do coeficiente de correlação de Pearson (ρ) vão de - 1 a 1: onde 0 é o valor expresso da não correlação entre as variáveis; 1 a correlação direta perfeita entre as variáveis; e - 1 a correlação inversa perfeita entre as variáveis.

Tabela 02. Correlações entre o IDHM e o Percentual de Eleitas nas Eleições Municipais do Brasil, 2012.

IDHM - 2010	Correlação de Pearson	-0,038
	Sig. (2-tailed)	0,013
	N	4228
IDHM Educação - 2010	Correlação de Pearson	-0,037
	Sig. (2-tailed)	0,018
	N	4228
IDHM Longevidade - 2010	Correlação de Pearson	-0,029
	Sig. (2-tailed)	0,059
	N	4228
IDHM Renda - 2010	Correlação de Pearson	-0,04
	Sig. (2-tailed)	0,01
	N	4228

Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral -TSE, Eleições Municipais 2012.

Não foram encontrados valores significativos de ρ , nem para o IDHM e nem para nenhuma de suas dimensões (Educação, Longevidade ou Renda). Em nível agregado, para o município, as variáveis socioeconômicas não tiveram relações com nível de eleitas. Em análises futuras serão incluídas outras variáveis: demográficas, socioeconômicas e político institucionais, buscando compreender o que explicaria o sucesso das mulheres na competição política.

Conclusão

O eixo ideológico partidário, o tamanho do partido e também a região foram variáveis independente que apresentaram influência sobre a chance de uma mulher ser eleitas nas eleições de 2012. A taxa de sucesso das candidaturas femininas variou em relação a esses. Em relação ao eixo ideológico, os achados divergiram do que era pregado pela leitura, mas já havia sido constatado por Araújo (2001a) e Bohn (2010). O

tamanho do partido apresentou um contraste com a bibliografia do tema (ARAÚJO, 2005), pois era esperado que as mulheres tivessem menores chances nos partidos menores, o que não ocorreu. Em relações a região, o esperado ocorreu (MIGUEL; DE QUEIROZ, 2006), com Nordeste e Norte com mais chances para as candidatas. Por fim, as variáveis socioeconômicas não tiveram relações com nível de eleitas.

Os partidos de esquerda apresentam uma taxa de sucesso menor que a dos demais partidos; em relação ao tamanho dos partidos notou-se também não serem os partidos médio médios a elegerem mais candidatas, mas sim, os de grandes. Em relação a região, foram o Nordeste e o Norte a apresentarem as melhores chances para as candidatas. Não apenas o eixo ideológico foi fator determinante para o sucesso eleitoral, mas também o tamanho do partido e a região, portanto, nas Eleições Proporcionais Municipais de 2012 as mulheres tiveram maiores chances de serem eleitas por grandes partidos de direita nas eleições Proporcionais municipais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. R. DE. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 45-66, 2013.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, 2001a.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa. *Dados*, v. 44, n. 1, 2001b.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 147-168, dez. 2012.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados*, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

BOHN, S. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, 2010.

KINZO, M. D. G. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e Tendências*. São Paulo: UNESP, 2010.

KROOK, M. L. Reforming Representation: The Diffusion of Candidate Gender Quotas Worldwide. *Politics & Gender*. Montreal: n. 2, p. 303-327, 2006

MIGUEL, L. F.; DE QUEIROZ, C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

PEIXOTO, V. *Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2010.

PEIXOTO, V. DE M.; GOULART, N. L. M.; SILVA, G. T. DA. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 32, p. 126-144, 2016.

PEIXOTO, V.; GOULART, N. Evolução da Competição Eleitoral Municipal no Brasil (1996 a 2012). *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2, p. 41-63, 2014.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. v. 2



Recebido em março de 2017
Aceito para publicação em maio de 2017